

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 10 Seguros Class.: 7.05.10.01.11

Data: 10/08/85 Pg.: 40.88



NIRTON VENÂNCIO

Tapebas expulsos

mais uma vez

Há muitas luas os índios Tapebas foram expulsos de sua lagoa, em Caucaia. Tempos depois tiveram de deixar uma nova morada, em Ipaumirim. Agora são ameaçados de extinção pelos seus vizinhos brancos, à beira do Rio Ceará (Página 20).

Os Tapebas continuam remando contra a maré

Sobrevivência dos tapebas está ameaçada

Industrial adquire terreno à margem do rio Ceará e inicia desmatamento do mangue, fonte de sustento de cerca de 2.000 índios que vivem no local

Textos: ZÍNIA ARARIBE

Fotos: JOÃO GUIMARÃES E NIRTON VENÂNCIO

Primeiro - há muitos anos atrás, os índios já nem sabiam dizer quantos - foi a expulsão das terras que habitavam às margens da lagoa dos Tapebas. Depois, a banição de seu novo "habitat", a localidade de Ipaumirim, em Capuan, distrito de Caucaia. Agora, os cerca de 2.000 remanescentes da tribo indígena dos tapebas, estão ameaçados de perder não o pedaço de chão onde residem, em núcleos dispersos, nas margens do rio Ceará - mas, pior do que isso, a sua única fonte de sobrevivência, os mangues, que começam a ser devastados por ordem de um industrial, que está adquirindo o foro de um terreno de Marinha situado à margem direita do rio.

No final da semana passada, os índios lançaram o primeiro alerta, ao percorrer os órgãos de imprensa de Fortaleza, denunciando que a indústria TBA estava para comprar o terreno do foreiro Francisco de Assis Vidal e ameaçava expulsar as famílias que residem na área, entre tapebas e brancos. Tendo recuado, ao que tudo indica, pela repercussão que o caso começou a ter, a TBA foi substituída na sua pretensão pelo dono da indústria Cerapeles, o sr. José Prudêncio, que durante essa semana levou topógrafos para medirem a área em processo de aquisição, começando a abrir picadas que vão até a beira do rio, cortando a vegetação do mangue de onde os tapebas e os outros moradores tiram seu sustento.

TERRAS DA UNIÃO

Do terreno de 10 hectares que o industrial já adquiriu "em parte", pagando a quantia de Cr\$90 milhões segundo sua própria informação, parte é particular e outra Terreno de Marinha, sob a jurisdição do Patrimônio da União, do qual o antigo proprietário obteve o aforamento - domínio útil da terra. Até agora, no entanto, o sr. Francisco Vidal não entrou com o necessário pedido de transferência do

terreno aforado à Delegacia do Serviço de Patrimônio da União (DSPU), como o POVO pode constatar.

No entanto, ele começou a abrir as picadas, à revelia também do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, IBDF, encarregado de fazer cumprir o Código Florestal, Lei Federal 4771, que diz em seu Artigo 2º: "Consideram-se de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas (...) f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues".

Procurado pelo O POVO, o delegado interino do IBDF no Ceará, Oleude Pinheiro, disse que só no momento tomava conhecimento do caso, prometendo mandar fiscais ao local para avaliar de perto a situação. Constatando a devastação do mangue, o IBDF poderá embargar a área, expedir um auto de infração e multar o proprietário, ou entregar o caso à Polícia Federal, como foi feito por ocasião da abertura de picadas no rio Cocó, pela firma Ibrasil. Tudo, porém, - adverte Oleude Pinheiro - vai depender da fiscalização que o órgão fará.

ÍNDIOS ALARMADOS

Sem conhecimento dessa promessa do IBDF de examinar a questão, e desconfiados - por outras experiências - das ações dos órgãos do Governo, os tapebas estão alarmados com o que vem acontecendo. Apesar de não terem instrução, eles alimentam uma profunda compreensão de que a vida das comunidades instaladas às margens do rio Ceará depende da preservação do mangue.

"Isso aqui é tudo que nós tem. Se entopem esse mangue (ele se refere ao aterro), matam toda nação de bichos que vive aqui e a gente não vai ter do que sobreviver. E aí, pra onde nós vai? Pedir esmolas? Porque emprego, se a gente for procurar,

ninguém vai arranjar mesmo", diz inflamado, João Soares Gomes, descendente de tapebas que vive na Comunidade do Rio Ceará - um dos vários núcleos onde os indígenas se abrigaram depois de serem expulsos de Ipaumirim e que se localiza bem na margem esquerda do rio, próximo à ponte na BR-222.

Dos seus seis filhos, apenas a menor, de três anos de idade, não trabalha no mangue. Mesmo assim, acompanha o irmão José, de seis anos, na travessia do rio a canoa, até o outro lado, onde o pequeno José arma o "forjo" - pequena armadilha feita de lata para pegar caranguejos. Isso para ir aprendendo o ofício, como explica João.

Num abaixo-assinado encaminhado a diversas autoridades em junho último, os tapebas já alertavam para a necessidade de preservar o mangue, em função do lixo que alguns caminhões estavam depositando lá. Diziam eles: "os mangues é importante para nós, por que nós pescamos peixe, camarão, siri, aratu, mano ói. De lá a gente tira o pão da vida. No mangue a gente se sente a vontade porque a terra é liberta. O ar é mais puro. A gente se acostumou a viver no mangue e ele representa a beleza de Fortaleza, Caucaia e Ceará.

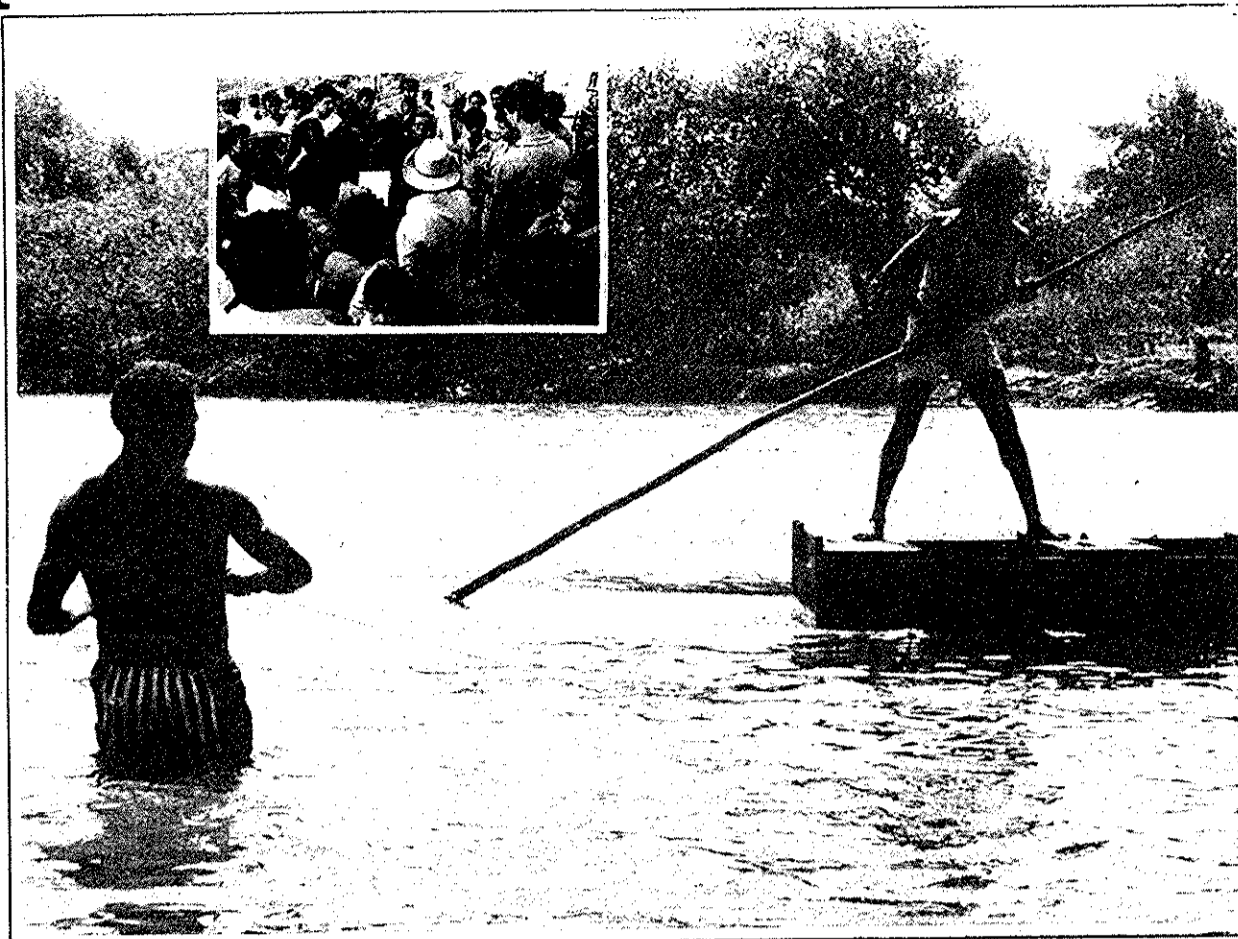
Mesmo com a possibilidade de não ter sido escrito por um tapeba, o texto expressa bem o sentimento que os indígenas demonstram a respeito da ameaça que paira sobre suas vidas. Nos mangues e rio eles pescam, se utilizando de instrumentos diversos como rede, anzóis, tarrafas, jererê (espécie de rede pequena e redonda

"A gente não vai ter do que sobreviver. E aí, pra onde nós vai? Pedir esmolas? Porque emprego, se a gente for procurar, ninguém vai arranjar mesmo"
João Soares Gomes

para pegar siris), espinhel (um extenso cordão com vários anzóis, ligado a estacas fincadas na areia e outros, inúmeras espécies como o aratu, a ostra, o mano ói, sururu, pacamum, camurim, guaiamun "e até cobra de veado a gente pega no mangue, de laço, para comer", como diz o abaixo-assinado. Isso entre garças, raposas, guaxinins, gato-do-mato, tejo, sonhim e caborê, entre muitas outras. A maioria dessas espécies depende do mangue para sua sobrevivência.

RETIRANDO AREIA

Na época do inverno - de janeiro a julho - a água doce invade o rio (todo o trecho onde os índios vivem sofre influência de maré e por isso a água é comumente salgada) e leva todos os peixes. O caranguejo se enterra no lamaçal do mangue, que é coberto pela enchente do rio, e ali desova. Quando as águas baixam, os caranguejos novos começam a emergir,



Muitos tapebas se criaram à margem do rio, vivendo da pesca. Hoje temem perder sua fonte de sobrevivência.

cavando buracos na terra. Até chegar agosto, porém, a pesca se torna rarefeita, não só do caranguejo mas de todas as espécies.

A fonte de sobrevivência das comunidades ribeirinhas passa a ser, então, a areia do rio. Eles escavam o leito e vendem a areia para construtoras, a Cr\$50 mil a carrada, resultado do trabalho de três, quarto homens durante o dia. Esse trabalho tem outra função, impedindo o assoreamento do rio e resguardando as suas casas da possibilidade de inundações no inverno.

Se a areia não fosse retirada, o leito do rio iria ficando cada vez mais raso, fazendo com que, nas enchentes, a água se espraiasse para o lado da pequena vila, ameaçando também a rodovia. "Essa ponte podia ser levada na enxurrada", alerta Antonio Eufrazio da Costa, tapeba autêntico - suas feições não desmentem as origens que chegou para morar na margem do rio "acho que com 12 anos de idade". Hoje ele afirma ter mais de 50. "Os tapebas vieram para cá porque foram banidos, e pensaram que aqui podiam viver em paz, porque essas terras são da União, ninguém devia ter o direito de mexer", diz ele.

Na quinta-feira da semana passada, no entanto, alguns tapebas foram intimados pela Polícia Naval a parar com a retirada de areia e com a construção de um casebre na margem direita do rio, após denúncia feita pelo filho do proprietário do terreno, Maurício Vidal. Uma comissão de tapebas esteve na Capitania dos Portos e resolveram o problema, pelo menos em parte. Foram autorizados a continuar retirando areia do rio, mas o caso do casebre está em suspenso.

Uma história de lutas que dura quase meio século

É difícil dizer ao certo quantos tapebas ainda restam da antiga tribo que viveu ao redor da Lagoa dos Tapebas, em grandes cabanas de palha, cada uma abrigando numerosos núcleos familiares, sob a liderança do cacique Francisco Alves dos Reis, o "Pema de Pau", que tinha duas mulheres e assustava as crianças com a falsa pema que lhe deu o apelido.

Estimase em 2.000 os remanescentes, que se dispersaram após o banimento de seu antigo "habitat", vivendo hoje em 14 comunidades distintas mas imantadas pelo mangue, fonte da sobrevivência de todos. Comunidade do Rio Ceará, Cigana, Açude, Capoeira 1, Capoeira 2, Trilho, Pista, Ponte 1, Ponte 2, Vila São José e Vila Nova são alguns desses núcleos, localizados mais ou menos distantes das margens do rio Ceará ou mesmo em pequenas ilhas. A faixa de rio que eles exploram compreende cerca de um quilômetro a montante (em direção à nascente) e de quatro quilômetros a jusante do rio, em direção à Barra do Ceará.

O comprador do terreno à margem direita do rio, o industrial José Prudêncio, afirma que a ocupação que fará da terra-expansão de sua indústria, que trabalha com o beneficiamento de cera de carnaúba para exportação - não vai atingir casa de ninguém. Não é o que diz o tapeba Sebastião Vitor da Silva, que mora na Vila Nova - uma comunidade à margem direita do rio Ceará, próximo às fábricas Cerapeles e TBA - e diz conhecer o local "palmo por palmo". Ele afirma ter visto as marcas que o proprietário fincou na terra para fins de delimitação, e que elas vão além da Vila Nova. "Eles vão querer derrubar todas essas casas aqui", teme o índio, que vê ainda outro perigo: a poluição do rio, caso seja instalada uma fábrica às suas margens.

Mas, independente de uma possível expulsão de suas casas, o que os tapebas e brancos a eles se misturaram nas diversas comunidades temem mesmo é a devastação do mangue. "Não adianta deixar nós aqui, se matam a fonte de nosso sustento", acrescenta Sebastião Vitor, que se mostra disposto à resistência.

APOIO DO ARCEBISPO

A maioria dos tapebas e seus companheiros brancos vive em condições miseráveis, habitando precários barracos a margem da destruição pelas enchentes do rio e passando necessidades. Há dez anos atrás, quando foram descobertos pela imprensa, sua situação era afilhada. Além das condições materiais, pesavam sobre eles uma marginalização dolorosa. Frequentemente eram descritos como preguiçosos, maconheiros e tarados sexuais, pelos seus hábitos diferentes e cultura própria.

Hoje, eles guardam muito pouco das peculiaridades próprias dos índios, excetuando-se um "faro" invulgar para lidar com as coisas da natureza, delas tirando proveito sem prejudicar o equilíbrio ecológico. Por isso mesmo foram evoluindo, e atualmente existem comunidades bem organizadas como o núcleo que se localiza à margem esquerda do rio, logo após a ponte sobre o rio Ceará e bem próximo à BR-222.

Lá, com a ajuda da Igreja, de vereadores e da Prefeitura de Caucaia, construíram eles próprios - apenas o material foi fornecido - um grupo escolar, duas cisternas que guardam água das chuvas e servem para abastecer as casas, uma barreira à margem do rio para proteger a

vila das enchentes e um "chocadouro", como eles chamam uma barragem levantada num braço de rio e onde prendem os peixes quando a maré sobe, utilizando-se de uma comporta. Na Vila Nova, do outro lado do rio, os moradores conseguiram o material da Prefeitura de Caucaia e em regime de mutirão pavimentaram a via de acesso à BR, que antes era um lamaçal só. Outro benefício que chegou há pouco para algumas comunidades foi a energia elétrica.

A assistência prestada pela Igreja, através da Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais, da Arquidiocese de Fortaleza, contribuiu para elevar a consciência comunitária dos índios e sua união, assim como a disposição para reivindicar seus direitos. Em janeiro deste ano, o Cardeal Arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, visitou pessoalmente algumas comunidades, preocupado, como disse, em fortalecer os laços culturais dos índios e evitar a descaracterização dos seus costumes, crenças e tradições.

"Os tapebas estão vivendo separados por falta de terra, sem ipoderem desenvolver o cultivo", afirmou à época, quando defendeu a reforma agrária como forma de solucionar o problema dos tapebas. "Assim eles poderiam trabalhar na agricultura, aproveitando essas terras que são muito férteis", acrescentou. Depois dessa visita, e via Arquidiocese, os índios elaboraram um documento dirigido ao presidente José Sarney, pedindo que "A Nova República olhe pelo povo Tapeba". Ao governador Gonzaga Mota, o Cardeal levou também algumas reivindicações, como um porto de

A assistência prestada pela Igreja contribuiu para elevar a consciência comunitária dos índios e sua união.

embarcação, no rio Ceará, desenvolvimento de cursos profissionalizantes e um decreto ou regulamento diminuindo a velocidade dos veículos no trecho da BR-222 em torno do qual habitam os indígenas, para evitar acidentes. Ao O POVO, a tapeba Maria José dos Santos Maia lembra outra reivindicação urgente: um posto de saúde.

PROJETO DE LEI

As autoridades de Caucaia, como Prefeito, alguns vereadores, e o delegado Jurandir Batista - para quem a União, dona das terras, deveria "favorecer os necessitados" - estão a favor dos tapebas. O vereador Ted Pontes veio a Fortaleza na semana passada atrás do vereador Samuel Braga, autor de um projeto de lei visando a preservação dos mangues do rio Cocó. Ted foi pedir orientação a Samuel para elaborar projeto de lei no mesmo sentido, voltado para os mangues do rio Ceará. Promete dar entrada com o projeto na Câmara Municipal de Caucaia o mais rápido possível, garantindo que terá o apoio dos "colegas" vereadores.

Com a nova ameaça de devastação dos mangues, os tapebas enviaram dois telegramas, ao presidente José Sarney e ao Ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, pedindo apoio para sua causa. Quinta-feira da semana passada, uma comissão deles, acompanhada do advogado Sérgio Leitão, percorreu os órgãos que têm alguma coisa a ver com a questão.



José Prudêncio (D) inicia os trabalhos de demarcação da terra

A responsabilidade dos órgãos do Governo

Pelo menos quatro órgãos, três federais e um estadual, estão diretamente envolvidos na questão que ora se levanta com a ameaça de destruição do mangue do rio Ceará e consequente expulsão dos índios tapebas. São eles a Delegacia do Serviço de Patrimônio da União (DSPU), a Capitania dos Portos, O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o Departamento de Recursos Naturais da Suddec - Superintendência do Desenvolvimento do Ceará.

O DSPU, porque trata-se de terras da União, cuja ocupação é regulamentada pelo órgão; a Capitania dos Portos por caber a ela a fiscalização dessa ocupação, garantindo os direitos dos ocupantes e cuidando para que nenhuma construção - qualquer projeto tem que ser submetido a sua aprovação - venha a prejudicar a segurança nacional ou a segurança de navegação; o IBDF, ao qual cabe preservar os mangues, sua fauna e sua flora; e o DRN da Suddec, que é o órgão encarregado de fazer cumprir a

lei estadual que trata da preservação dos recursos hídricos (no caso de poluição do rio Ceará).

Diva Eugênio de Sousa, a delegada em exercício da DSPU, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, informou ao O POVO que a ocupação do terreno de Marinha situado à margem direita do rio Ceará, pelo sr. Francisco de Assis Vidal, está legalizada junto ao Patrimônio da União. Ela só não recebeu, até agora, pedido de transferência para outra pessoa. Há que se ressaltar que qualquer transação comercial envolvendo terras aforadas pela DSPU tem que obter primeiro o alvará do órgão.

O terreno do sr. Francisco de Assis Vidal, ou pelo menos a parte dele que se encontra nos domínios da União, tem um milhão 151 mil 166 metros quadrados. O primeiro aforamento foi dado em nome de Antonio Costa, em 30 de junho de 1925. Em julho de 1942, em operação regularizada na DSPU, foi vendido a Antonio Nicodemus Vidal, de quem Francisco Vidal herdou,

também com a aprovação do órgão, em 25 de agosto de 1966. Desde janeiro de 1982 que ele está isento do pagamento do foro, em face do disposto no Artigo 1º do Decreto-Lei 1876, de 15 de julho de 1981, que isenta das obrigações financeiras os aforamentos equivalentes a até cinco vezes o valor de uma ORTN. E o dele, se estivesse pagando, seria de Cr\$32 mil.

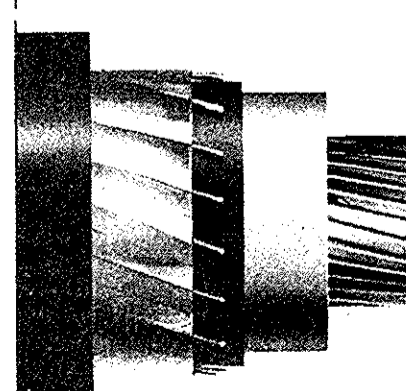
A delegada em exercício da DSPU informa ainda que não há outro terreno aforado na margem direita do rio. Na margem esquerda há aforamentos em nome da Exportadora Raimundo Alves Barbosa S/A, da Imobiliária Agrícola Raimundo Oliveira S/A e de Adeodato Martins e Cia. Ltda. Todos são aforamentos antigos. No momento, a DSPU não pode aforar outros terrenos na área, por não ter sido traçada, ali, a Linha de Preamar, que serve para demarcar os terrenos de Marinha, que são os trechos à margem dos rios (até onde ele sofra influência de marés) ou do oceano, compreendidos entre o leito e a faixa

onde o terreno começa a sofrer elevação, somando-se 33 metros.

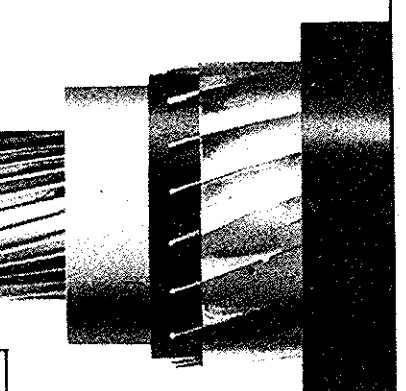
Diva Eugênio frisa que a DSPU não se envolve em litígios de terras. Quando há dúvida sobre os direitos de ocupação, o caso é encaminhado à Justiça. A Capitania dos Portos, através da Polícia Naval, cabe a fiscalização para que sejam assegurados os direitos do ocupante legal.

O encarregado da Polícia Naval no Ceará, capitão José Alencar, não quiz fazer ainda um juízo da questão, por não ter verificado "in loco", pessoalmente, o que está ocorrendo, mas garantindo que logo o fará. "Nem sabia que havia índios por ali", diz, acrescentando: "por isso não sou contra nem a favor deles".

Explicou a intervenção na questão da retirada da areia pela existência de leis regulando a atividade, o que se justifica por existir rios onde a areia possui substâncias minerais que são do interesse do País. Quanto ao casebre, afirma que toda construção em terreno de Marinha tem que passar pelo crivo da Capitania dos Portos.



OS CABOS DE COBRE ALCOA SE LIGAM EM QUALQUER PROJETO.



A ALCOA É LIGADÍSSIMA EM CONDUTORES ELÉTRICOS. ELA FABRICA CABOS DE COBRE, CABOS DE ALUMÍNIO E FIOS NUS E ISOLADOS, DE ATÉ 35 KV, PARA AS MAIS DIVERSAS APLICAÇÕES. E DENTRO DOS MAIS ALTOS PADRÕES DE QUALIDADE. POR ISSO, SÃO MUITO LIGADOS EM HOSPITAIS, AEROPORTOS, FERROVIAS, HIDRELÉTRICAS, INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS, SIDERÚRGICAS, METRÔS, ESCOLAS, PRÉDIOS COMERCIAIS, RESIDÊNCIAS E ELETRIFICAÇÕES RURAIS. E, SE PRECISAR, A ALCOA TAMBÉM FORNECE CONDUTORES ESPECIAIS PARA O SEU TIPO DE PROJETO. A ALCOA NÃO SE LIGA MESMO E NO PREÇO: ELES SÃO OS MELHORES DO MERCADO. PODE CONFERIR. EXPERIMENTE USAR OS CONDUTORES ELÉTRICOS ALCOA. ELES VÃO PROJETER A SUA OBRA.

Escritório Central: Centro Empresarial de São Paulo - Av. Maria Coelho Aguiar, 215 - Bloco C - 4º andar - CEP 05804 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 246-0122 - Telex: (011) 21606.

Representante Fortaleza - CE: J.M.C. Holanda Representações Ltda.
Rua Senador Jaguaribe, 324-A - conj. 102 - CEP 60000 - Fortaleza - CE
Tel.: (085) 226 4688.

CONSULTE NOSSOS PREÇOS. E, PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO, FAÇA CONTATO NOS ENDEREÇOS ACIMA.

